

Revista 125: Editorial José Carlos Martins

16 Janeiro, 2025



Este ano de 2024 foi mais um ano de intensa atividade sindical, com o objetivo de continuarmos a resolver – ainda que de instituição a instituição – as injustiças e as discriminações que afetam os enfermeiros.

Foi também um ano de Eleições Legislativas, e delas resultou um Governo, minoritário, sustentado por três partidos políticos. Este novo ciclo não alterou o trajeto que tínhamos traçado – e ao qual acrescentámos a apresentação de um Caderno Reivindicativo assim que a Ministra da Saúde tomou posse no dia 3 de abril.

A alteração da grelha salarial é uma reivindicação que iniciámos assim que foi publicado o DL n.º 71/2019. Quem não se lembra da campanha que lançámos e cujo lema foi “*Quero mudar o DL 71/19*”?

Da página 36 à página 41 deste número da *Enfermagem Em Foco*, descrevemos o processo negocial com o necessário pormenor. No entanto, em síntese, apesar de alguma valorização da grelha salarial, a verdade é que esta foi mais uma oportunidade perdida. No final, o que fica são os inícios das categorias de Enfermeiro e de Enfermeiro Especialista continuarem abaixo da Carreira dos Técnicos Superiores de Saúde e dos Técnicos Especialistas de Diagnóstico e Terapêutica, respetivamente.

Com um acordo que prevê um faseamento até 2027, é de esperar que o Governo não reabra novo processo negocial sobre esta matéria, o que, claro, procuraremos contrariar. Não desistiremos de lutar pela compensação justa do valor económico e do valor social dos enfermeiros.

Para 2025 estão previstas negociações sobre a organização do tempo de trabalho dos enfermeiros. É uma matéria de especial importância para todos. Uma forma de compensação do risco e da penosidade é, de facto, a diminuição do número de horas de trabalho por semana.

Não será, seguramente, a vontade do Ministério da Saúde. Não esquecemos que foi um Governo do PSD que nos impôs as 40 horas por semana e, em vários momentos, membros deste partido político pronunciaram-se contra o facto de termos conseguido retornar às 35 horas. É matéria para estarmos atentos!

Mas a nossa atuação não se restringiu ao setor público.

Em 2024 foram revistos e melhorados os contratos coletivos de trabalho aplicáveis à União das Misericórdias, à CNIS, à Associação Humanitária da Cruz Vermelha e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Já relativamente à Associação Portuguesa da Hospitalização Privada, os enfermeiros que exercem nos hospitais abrangidos por este contrato foram confrontados com a assinatura, por parte de outros sindicatos de enfermagem, de um Acordo que lhes retira direitos, permite a ingerência dos “patrões” na organização da sua vida pessoal, nomeadamente, através do banco de horas e da adaptabilidade. Estas duas questões eram linhas vermelhas que, em todos os plenários, os enfermeiros afirmaram não poderem ser ultrapassadas. Quem assinou o Acordo saberia disso caso tivesse auscultado e se tivesse reunido com os enfermeiros. Não o fez e preteriu os enfermeiros relativamente aos patrões aceitando tudo o que estes queriam, à revelia da vontade e dos interesses dos profissionais e da enfermagem. Importa acrescentar: o Contrato Coletivo de Trabalho agora assinado não é de aplicação aos sócios do SEP.

Também em termos de política de saúde, precisamos de continuar atentos.

A alteração da forma de pagamento dos incentivos nas Unidades de Saúde Familiar modelo B, a possibilidade de poderem ser criadas USF modelo C, uma espécie de parcerias público-privadas, sem qualquer previsão de como será a relação dos utentes com o SNS e para onde serão encaminhados em caso de necessidade, designadamente, consultas de especialidade, exames complementares de diagnóstico e cirurgias, podem redundar em maior enfraquecimento do SNS, ao invés do reforço que exigimos.

Ainda, ao arrepio da Lei de Bases da Saúde, questões como a possibilidade da entrega ao privado da gestão clínica nos hospitais que irão ser construídos, a reorganização de serviços de urgência, nomeadamente, obstétricas, apontando para o encerramento de algumas, a reorganização da oferta de serviços em hospitais inseridos na mesma área geográfica, a opção por manterem a suborçamentação do SNS e a regra de só admitirem um trabalhador para substituírem um outro que saia, indiciam que o atual Governo tem como objetivo continuar a emagrecer e a degradar o serviço público de saúde. Cá estaremos para intervir e para vos informar e alertar sobre o que, a cada momento, vai acontecendo.

A todos desejo Festas Felizes!

São muitos os desafios que 2025 nos trará. Com o empenho de sempre e a confiança que nos caracteriza, conseguiremos, todos, fazer o melhor caminho para os ultrapassar.

A edição 125 da “Enfermagem em Foco” está disponível [aqui](#).